

Primeira nota:

Situacionismo e revisionismo na cena internacional

A guerra fria entre os EUA e a URSS foi um conflito que opôs duas potências vencedoras da última guerra mundial, ambas patrocinadoras da criação e da Carta das Nações Unidas.

A Declaração das Nações Unidas de Janeiro de 1942 destinou-se a impedir uma «paz separada» de cada um dos vinte e seis países signatários com as potências do Eixo e iria de facto manter unidos esses Estados até à «capitulação sem condições» da Alemanha e do Japão. E é nesse contexto que cerca de cinquenta países se reúnem na Conferência de S. Francisco, entre 25 de Abril de 1945 e 26 de Junho, data da assinatura da Carta da ONU. O Iraque, independente desde 1934, foi um dos membros fundadores. O Koweit só entra em 1963, após as peripécias da sua independência outorgada pelos britânicos, e já então contestada militarmente por Bagdade em 1961.

O Iraque assumiu sempre, e independentemente do seu regime político, uma atitude revisionista face ao estabelecido pelas fronteiras herdadas do desmantelamento do império otomano consecutivo à derrota na I Grande Guerra Mundial.

Contrariamente à União Soviética que, no fundo, sempre se comportou como potência situacionista, desse ponto de vista, emergem após o seu desfalecimento como grande pólo confederal no domínio das decisões internacionais, Estados que querem rever o estatuto da sociedade internacional. Estarão as Nações Unidas preparadas para as turbulências causadas pelos Estados revisionistas, tendo sido o Iraque apenas o mais feroso porque estava bem armado?

Creio não valer a pena acentuar o que poderá estar em jogo neste plano. Enquanto no após guerra se assistiu à emergência e multiplicação de novos Estados, nomeadamente os derivados das descolonizações, a actual tendência revisionista de sociedade internacional caracteriza-se pela eliminação de Estados e pela alteração de fronteiras.

É por isso que, quando Saddam Hussein invade o Koweit, e declara depois este a décima nona província do Iraque, dá um exemplo prático de alteração das regras internacionais que dificilmente poderia ficar sem resposta.

* Intervenção no Colóquio da AIP de 21 de Fevereiro de 1991.

Segunda nota:

Aspectos financeiros do conflito armado desde a invasão do Koweit à operação Tempestade no Deserto

Ainda não foi devidamente salientada a importância das dívidas externas no comportamento de muitos dos Estados envolvidos neste conflito. E o caso nomeadamente do Egipto e da Turquia cujas autoridades apresentam sempre esse ponto na agenda das suas conversações com os países envolvidos nas forças multinacionais.

Foi ainda em grande parte o problema da dívida externa (sessenta mil milhões de dólares) que levou o Iraque à sua situação actual. A metade desta dívida corresponde à ajuda fornecida pelas petromonarquias do Golfo ao Iraque contra o Irão, em nome da solidariedade árabe.

Bagdade sempre entendeu esses empréstimos como uma ajuda.

As receitas do Iraque provinham sobretudo da exploração do petróleo (doze mil milhões de dólares em 1988), pelo que tiveram necessidade de aumentar a produção, de 125 milhões de toneladas em 1988, para 175 milhões de toneladas em 1989 e, bem assim, as reservas exploráveis, de 6,428 milhões de toneladas, em 1986, para 12,278 milhões de toneladas, em 1988.

A fixação do preço do barril do petróleo no Verão passado ao nível dos 18 dólares, quando Bagdade pretendeu atingir os 21 dólares, teve a participação decisiva do emirato do Koweit, que há alguns anos deixara de ser um país apenas produtor de petróleo, pois tornou-se um autêntico potentado financeiro. Deste modo, enquanto para o Koweit os seus rendimentos financeiros lhe permitiam aceitar a fixação do preço do barril de petróleo na ordem de grandeza mais baixa, essa política de preços prejudicava o Iraque a contas com um exigente serviço da dívida externa (cinco mil milhões de dólares anuais).

Pelo seu lado, os EUA entravam numa fase de recessão económica, necessitando pois de garantir o abastecimento das suas indústrias com produtos petrolíferos a preços moderados.

Não lhes sorria pois a hipótese de novos aumentos dessa matéria-prima, embora os próprios produtores de petróleo norte-americanos pudessem tornar-se mais competitivos no mercado com essa tendência altista.

Mas o poder político tem tendência a preferir o interesse geral nacional, diga-se o que se disser...

Por outro lado, o facto do Iraque ter invadido um Estado que também é uma potência financeira pode ter ajudado, e muito, à disponibilidade das forças multinacionais para a passagem à fase armada do conflito. Este aspecto não deve ser confundido nem com as causas petrolíferas da crise, nem com as causas financeiras, mas com a liquidez para financiar a guerra sem o recurso excessivo aos orçamentos dos Estados beligerantes para o efeito. Basta assinalar que o orçamento dos EUA para o próximo

ano não foi onerado ainda com novos montantes destinados às operações militares no Golfo.

As disponibilidades financeiras koweitianas somaram-se as disposições da Arábia Saudita nesta matéria, para além da campanha de pressão sobre a Alemanha e o Japão para estes países contribuírem com uma espécie de imposto de guerra.

Não se esgotam aqui os factores financeiros que propiciaram a defesa intransigente do direito internacional nesta emergência. Países como o Egipto e a Turquia, e mesmo Israel, não se coibiram de reivindicar facilidades e ajudas financeiras, tendo em conta o seu comportamento face à crise do Golfo. Mesmo as componentes humanas das forças aliadas são constituídas por profissionais, e basta olhar a CNN para nos darmos conta da importância das questões relacionadas com os ordenados, e os diferentes tipos de segurança social para as famílias dos combatentes para se ter uma imagem da redistribuição dos rendimentos que umas Forças Armadas de exportação podem comportar.

Ter um Exército que presta serviços no exterior poderá vir a ser uma fonte de rendimentos. No passado conhecemos outros casos.

Bem sei que já não está na moda acentuar os factores económicos e financeiros explicativos dos comportamentos dos Estados, mas esta crise é mesmo uma tentação desse ponto de vista.

E muito dificilmente se assistirá, pelo menos nos próximos tempos, a uma tal predisposição de condições financeiras e políticas para o desencadeamento de operações militares desta envergadura e com estas características.

Terceira nota:

O desarmamento pela guerra

Não se devem confundir as causas de uma guerra com os seus objectivos. Este conflito foi desencadeado após o sucesso do desarmamento convencional e nuclear tático no teatro europeu.

De certa maneira, esse sucesso que implica retirada e destruição de certas categorias de armamentos pode ter facilitado a decisão sobre as operações militares no Golfo. No lugar de se armazenar armamento, a utilidade marginal do seu emprego cresce.

E no centro das preocupações norte-americanas no desencadeamento da acção militar contra o Iraque poderá ter estado um dos objectivos implícitos desta guerra: reduzir o poderio militar do Iraque. Compreende-se facilmente que a redução do poder militar do Iraque era um dos pontos mais difíceis de discutir pela via diplomática. E a «operação cirúrgica» anunciada como característica da primeira fase da guerra aérea, teve exactamente como resultado prático atingir os sistemas de forças e de armamentos que seriam impossíveis de eliminar à mesa das negociações. Deste modo, o desarmamento na Europa aumentou as possibilidades de eclosão de conflito armados, noutras regiões, e a guerra no Golfo leva à redução forçada de armamentos. E o desarmamento pela guerra. Até este

momento, desconhece-se a amplitude das perdas militares sofridas pelo Iraque, mas é óbvio que este já não é o que era.

É também extremamente provável que os EUA venham a propor a continuação do embargo para certos tipos de armamento e equipamento militar.

Quarta nota:

Israel perante o conflito

Também o Estado de Israel cedo entendeu que as atitudes do Iraque na OPEC, pretendendo uma alta no preço do petróleo em Julho, e a invasão do Koweit em Agosto, se judiciosamente dramatizadas, poderiam obrigar os EUA a colocar o Iraque no Index da sociedade internacional, e levá-los até à guerra preventiva para reduzir o poderio militar estratégico de Bagdade, que colocava em termos mais vulneráveis a segurança de Israel. Os episódios da «guerrilha balística» dos «Scuds» ilustram, ou dão a dimensão, dessa nova vulnerabilidade.

O certo é que Israel, cujo prestígio na opinião pública mundial tinha sido abalado pela repressão da *Intifada* desde 1987 nos territórios ocupados, conseguia com esta crise no Golfo e com a sua contenção durante a fase armada do conflito recuperar terreno na cena diplomática e melhorar as suas relações com os EUA, o Egipto e logo se verá se com a Síria. No entanto, as implicações para Israel deste conflito não serão todas positivas. Desde logo porque a guerra aérea sobre o Iraque despertou muitas suspeitas no mundo árabe sobre os objectivos dos Estados Unidos na área, e mobilizou as multidões de manifestantes islâmicos desde o Magrebe até à Índia. A resolução a prazo da questão da pátria palestina é algo que os norte-americanos não poderão adiar por muito tempo, mesmo que consigam imprimir-lhe uma marca própria.

O simples facto da presença no Médio Oriente de uma concentração de forças aéreas, navais e terrestres dos EUA, a par das alianças com países como o Egipto, a Arábia Saudita e a Síria vem relativizar a importância estratégica de Israel na região, embora possa reforçar as suas condições de segurança.

Os interesses de Israel e dos EUA terão, porém, tendência para divergirem após este conflito armado, nomeadamente no que diz respeito à questão palestina.

Quinta nota:

A evolução do comportamento soviético durante a crise

O comportamento da URSS durante esta crise merece uma análise cuidada.

Saliente-se, em primeiro lugar, que a URSS pouco se importou com o início da crise, condenou o Iraque pela sua acção no Koweit, e votou sempre ao lado dos EUA no Conselho de Segurança, mesmo a Resolução 678 que legitimou o uso da força. Quase deu a impressão de estar

interessada na eclosão do conflito armado entre os EUA e o Iraque. De facto, os seus satélites muito material de informação devem ter recolhido durante este mês de operações militares... E no próximo futuro a reputação dos países ocidentais em Bagdade não será de molde a favorecer grandes laços políticos, económicos ou estratégicos. O Iraque, depois deste conflito, tornar-se-á um país mais antiocidental e mais pró-russo. Basta agora que a diplomacia soviética os defenda.

Este conflito armado foi possível pela omissão inicial soviética que não protegeu o Iraque, um seu cliente pelo menos desde 1972. De facto, a cimeira entre Bush e Gorbachev de Setembro do ano passado deixou logo antever que a URSS não se oporia imediatamente a uma intervenção militar norte-americana para restabelecer o mapa político da península arábica. E não fora a preocupação dos planificadores militares norte-americanos em concentrar meios na região antes do início de qualquer ataque e este teria sido possível — sem pôr em causa as boas relações entre as duas grandes potências — desde meados de Setembro.

Essa tolerância soviética foi tida como filha da sua fraqueza interna, mas essa explicação por si só é capaz de se revelar curta para o entendimento da atitude de Moscovo.

Mas o grau de destruição do Iraque, país com quem tem laços especiais elaborados por Primakov desde o ano de 1972, a concentração de meios militares americanos no Golfo, e na Turquia, após a demonstração da irrelevância prática de certas posições como a francesa, a alemã ou até a espanhola, levaram finalmente a URSS a um papel político e diplomático a favor do regime de Saddam Hussein.

Deste modo, a URSS pretende retomar a sua influência no mundo árabe e sobretudo islâmico, agora que retiraram do Afeganistão e ofereceram os seus bons ofícios para mediar o conflito, apresentando um plano ou programa.

Saliente-se convenientemente o facto das autoridades de Bagdade terem reservado a sua declaração sobre a possibilidade de uma retirada do Koweit no contexto da mediação soviética, reforçando assim a importância desta. Por opção ou por julgar a URSS o mediador preferido por Washington?

Que se saiba, jamais uma declaração semelhante foi feita a representantes de outros países, nomeadamente da Comunidade Europeia.

Sexta nota:

A posição da CE e dos países membros

Quanto ao papel da CE neste caso, esteve logo à partida limitado pela política britânica em relação ao Koweit. Pode-se até dizer que a Inglaterra é a mãe do Koweit na sociedade internacional, pois da sua vontade derivou a sua existência.

Uma política europeia comum na questão do Koweit só podia significar uma de duas posições: ou um alinhamento total em relação à posição de Londres — sendo esta pré-determinada por razões extracomunitárias, ou uma forte divergência dos outros países da CE face à antiga potência

colonial administrante do emirato. Não terá sido aliás por acaso que o presidente francês François Mitterrand recordou recentemente que a crise entre o Iraque e o Koweit dera-se *entre* países onde a responsabilidade britânica era desde sempre maior do que a francesa...

Os países da Comunidade optaram por se encontrar em ordem dispersa sem muitas posições comuns sobre a questão.

Mas, se observarmos bem alguns laços estão a ser tecidos pela França Alemanha, Itália e Espanha, com vista a uma futura política árabe desses países.

Esta crise chegou aliás na pior altura para a agenda interna da CE. Com efeito, a CE saíra do europessimismo em meados de 1985, e estabelecera, em paralelo com o alargamento a Portugal e a Espanha, a meta do Mercado Interno para finais de 1992. Com base no livro branco da Comissão desse mesmo ano seguia-se a bom ritmo a aprovação de directivas com esse fim. A conjuntura económica internacional ajudando, o que é certo foi ter a Comunidade conseguido assimilar o último alargamento com sucesso e ter assistido ao seu melhor lustro desde os meados dos anos 60.

Tal sucesso levou ao aparecimento de outras metas, como a da União Económica e Monetária, para já não referir o desiderato teleológico da União Política Europeia. Certos receios de que a CE se viesse a constituir numa Europa fortaleza começaram então a ser manifestados.

A rápida liberalização dos países do Leste Europeu, ou pelo menos o retraimento soviético em relação a estes, a *perestroika* russa, e a própria reunificação alemã introduziram, entre 1989 e 1990, tantos elementos novos que a decisão dos doze Estados em manterem coeso o pólo da CE no meio da mudança já aparecia como o máximo a salvaguardar na emergência. Certos países pretendem então reforçar a dimensão política e a dimensão de segurança da CE, aparecendo a França e a Alemanha como locomotivas desse novo objectivo.

O desencadeamento da crise do Golfo no Verão passado retirou a esses países a condução da agenda internacional, e as suas verdadeiras posições face ao conflito e à região foram adiadas também.

Entre os países da CE, a crise do Golfo e, sobretudo, o modo como foi votada a Resolução 678 do Conselho de Segurança levantou imperceptivelmente questões muito delicadas.

Primeiro, a questão dos membros permanentes do Conselho de Segurança e a eventual futura participação nesse órgão e naquela qualidade de outros países. Diz-se que a França esteve em contacto estreito com a RFA para aferir a sua política perante a crise do Golfo, e nomeadamente as atitudes a tomar face à resolução sobre o uso da força.

A segunda questão, admitindo-se que será difícil alterar a Carta da ONU, é a de saber até que ponto os Estados da Comunidade Europeia membros permanentes do Conselho de Segurança devem agir tendo em conta um mandato, ou uma orientação comunitária.

Não sendo comum a posição da França e do Reino Unido na emergência, todos acabaram por seguir a agenda fixada pelos EUA.

Sétima nota:

Quais os objectivos dos EUA?

Com a certeza de que os países da CE não tomariam posições muito divergentes da britânica, a diplomacia norte-americana, após alcançada a tolerância soviética, lançou-se numa operação de consenso internacional sem precedentes sobre a sua própria acção. E, para além dos aliados árabes na região, sustentaram um diversificado leque de apoios.

De certa maneira, os países que cedo aderiram à agenda fixada por Bush estavam possuídos daquela seduzida curiosidade sobre o novo modo da liderança unipolar que se anuncia como característica da nova era. Já Napoleão, quando se ultrapassava historicamente no exílio de Santa Helena, afirmava que o seu sonho de uma república universal teria sido possível caso ele fosse um Washington coroadado...

Os objectivos dos EUA no Médio Oriente não são, no entanto, fáceis de determinar, quer no que diz respeito à própria região, quer no que diz respeito à chamada nova ordem mundial.

A concentração de forças no Golfo algum tempo levará a desmobilizar e é perfeitamente possível que a independência do Koweit venha a ser garantida por uma qualquer espécie de força internacional. Ora, quem fez o principal esforço na guerra, algum papel há-de ter na paz.

Qualquer que seja o desfecho do conflito armado, o Iraque ficará sob contenção e sob vigilância, seja por parte dos países árabes que se coligaram contra a anexação do Koweit, seja por parte dos EUA, que têm um particular jeito para fazerem aliados entre os países que combateram... Mas, mesmo que o regime iraquiano sobreviva, esse facto também dará um argumento a Washington para participar na contenção do perturbador peninsular.

A personalidade do presidente Bush merece aqui uma chamada de atenção.

Durante muitos anos tido por um «Wimp», o actual presidente dos EUA fez um extraordinário mandato, até agora, do ponto de vista externo. Começou pelo narcotráfico, ou seja, pela Colômbia e pelo Panamá, embora este último caso esteja longe de se reduzir a uma questão de comércio ilícito. E hoje é óbvio que ele gostaria de fazer a Saddam o que já fez a Noruega.

Depois, encetou o *dossier* do desarmamento europeu, e conseguiu aproveitar a vontade alemã de reunificação para a enquadrar dentro da NATO, hipótese académica que só os mais afirmados optimistas podiam achar possível, sem qualquer sobressalto soviético, para além da inflexibilidade quanto aos Estados bálticos.

E, logo após a invasão do Koweit pelo Iraque, imprimiu um tal ritmo à crise guiando-a a preceito e anulando outros Estados e estratégias, embora neste particular tivesse sido muito ajudado pela intransigência de Saddam Hussein. Alguns analistas têm vindo a cotejar o discurso de George Bush sobre a nova ordem mundial com o de Wilson e de Roosevelt.

Desde a Carta do Atlântico de 14 de Agosto de 1941 que Roosevelt formalizou uma ideia que expressa em 1937 sobre a igualdade de acesso às matérias-primas, e que teve então a concordância de Churchill, o outro co-signatário da Carta do Atlântico.

Daí que quando Bush agora fala de uma nova ordem mundial possivelmente terá em mente retomar essa antiga ideia da diplomacia norte-americana, aplicada agora com maior prioridade à questão do petróleo. A proposta de um organismo internacional, ou simplesmente regional, que se dedique ao estabelecimento de uma política petrolífera nos seus diferentes aspectos, desde o estabelecimento da reserva, às quotas de produção, à garantia de abastecimento, aos preços e até à redistribuição das riquezas assim geradas, poderá ser uma proposta para remediar ao actual estado da questão.

Seria esse, aliás, apenas um dos organismos a estabelecer, pois não pode passar despercebido o interesse que esta Administração norte-americana dedica a todos os fenómenos que podem levar a uma revisão da actual ordem internacional. E, nesta perspectiva, os EUA podem propor certas iniciativas. Deste modo, os EUA parecem inclinar-se para a aceitação de novas regras internacionais no domínio da exploração das matérias-primas (englobando aqui campos tão vastos como a questão da Amazónia ou a política petrolífera), ou da repressão ao narcotráfico.

A nova ordem mundial seria assim assegurada por uma série de novos organismos na sequência do GATT, do FMI, e do Banco Mundial.